

Luís Inácio Lucena Adams
Advogado-Geral da União

Fernando Luiz Albuquerque Faria
Secretário-Geral de Consultoria

Paulo Henrique Kuhn
Procurador-Geral da União

Marcelo de Siqueira Freitas
Procurador-Geral Federal

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Consultor-Geral da União

Grace Maria Fernandes Mendonça
Secretária-Geral de Contencioso

Ademar Passos Veiga
Corregedor-Geral

Advocacia-Geral da União

Sede I - Setor de Autarquias Sul Quadra 3
Lotes 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate
Brasília-DF - CEP 70.070-030
Fones: (61) 2026-9202 / 2026-9712



Advocacia-Geral da União

Sede II - Setor de Indústrias Gráficas
Quadra 6 - Lote 800
Brasília-DF - CEP 70.610-460
Fones: (61) 2026-7709 / 2026-7807

Rosangela Silveira de Oliveira
Adjunta do Advogado-Geral da União

José Weber Holanda Alves
Adjunto do Advogado-Geral da União

Mariana Rodrigues Silva Melo
Ouvidora-Geral

Juliana Sahione Mayrunk Neiva
Diretora da Escola da AGU

Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União

Gildenora Batista Dantas Milhomem
Secretária-Geral de Administração

Adão Paulo Oliveira
Chefe da Assessoria de Comunicação Social



AGU *Cidadã*

Direito de todos. Dever do Estado!

Apresentação	06
AGU	08
Números	08
Arrecadado/Economizado	08
Ações e Acordos	09
Procedimentos disciplinares	09
Poder Judiciário	10
Poder Legislativo	11
Poder Executivo	12
Combate à corrupção	14
Visibilidade	16
Gestão de Pessoas	18
Infraestrutura	20
Informações Setoriais	21
PGU	22
PGF	24
PGFN	26
CGU	28
SGCT	30
CGAU	32
SGAGU	34
EAGU	36
Ascom	38
DGE	40
Ouvidoria	42

Sumário

Apresentação

AGU - Advocacia Pública na defesa da sociedade, do interesse público e da democracia

A Advocacia-Geral da União (AGU) foi concebida como Instituição que tem por função precípua representar, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que abrange os três Poderes e o Ministério Público da União. Tem também a competência de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

No exercício dessa competência, a AGU colabora de forma significativa na construção dos instrumentos jurídicos e legais para a consecução das políticas públicas e das ações governamentais capazes de promover, dentre outras conquistas, a redução das desigualdades no nosso país. As medidas adotadas para o resgate da histórica dívida social com a população brasileira, em especial os excluídos por preconceitos sociais e raciais, estão também amparadas pela dedicação dos profissionais que integram os quadros da AGU.

Mister se faz registrar que o compromisso com a transparência, a legalidade e a eficiência na Advocacia-Geral da União foi a marca desses últimos três anos de gestão. Temos importante papel na construção da segurança jurídica de ações altamente estratégicas para o Brasil como a Copa do Mundo 2014, as Olimpíadas 2016, a Lei de Acesso à Informação, o Enem, o PAC, a Lei Maria da Penha e o novo marco regulatório dos setores de infraestrutura, fundamental para o desenvolvimento do país.

A AGU teve destacada atuação na proteção do Patrimônio Público ao ingressar na Justiça com 1.062 ações civis públicas, incluindo ações de improbidade administrativa, e executar 2.192 títulos extrajudiciais,

com ênfase nos acórdãos do Tribunal de Contas da União. No total, houve o bloqueio de R\$ 582 milhões desviados por corrupção em 2010. Graças a esse trabalho, a AGU recebeu o Prêmio Innovare, a mais alta premiação da área jurídica.

Ainda nesse diapasão há que se ressaltar a vitória da AGU na maior ação judicial da América do Sul, em que se evitou, em 2011, o pagamento de indenização por empresa do Governo Federal na ordem de R\$ 2 trilhões, valor este que foi acrescido aos mais de R\$ 133 bilhões já arrecadados ou economizados aos cofres públicos nestes três últimos anos.

É evidente que a ampliação dessas conquistas depende de medidas de aprimoramento e aperfeiçoamento da máquina pública, sendo, portanto, indispensável também o fortalecimento da estrutura da Advocacia-Geral da União. Nesse sentido, foi apresentada, em 2012, a modernização da sua Lei Orgânica, cuja proposta de alteração foi encaminhada ao Congresso Nacional pela Presidenta da República e se encontra em discussão no Parlamento de forma ampla e democrática. Este é mais um passo firme no sentido de dotar a advocacia pública dos instrumentos necessários para o cumprimento de sua relevante função institucional.

Faz-se necessário registrar como tem sido importante e relevante o papel que a AGU tem assumido perante o Governo e a sociedade brasileira, cuja atuação nesses três últimos anos está consubstanciada neste relatório.

Pertencer aos quadros da advocacia pública tem sido o sonho de muitos bacharelados e advogados, bem como o orgulho daqueles que já fazem parte das carreiras da AGU. Integrar os seus quadros e participar da gestão que realizou os feitos aqui consignados têm sido motivo de orgulho e satisfação.

Fernando Albuquerque de Faria
Advogado-Geral da União Substituto
Secretário-Geral de Contencioso da AGU

“A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade.”

Rui Barbosa – “Oração aos Moços”
edições Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro 1999 – 5ª. edição – pág. 26

AGU

Números*

Arrecadado/Economizado:

Total:

2 trilhões e 133 bilhões de reais

Administração Direta (Ministérios): R\$ 2.039 trilhões

Administração Indireta (autarquias e fundações): R\$ 56 bilhões

Atuações no STF: R\$ 799,7 milhões

Arrecadação da Dívida Ativa da União: R\$ 37,2 bilhões

2012: R\$ 23,6 bilhões 2011: R\$ 84 bilhões 2010: R\$ 2,025 trilhões

*Dados de 2012 consolidados até 15 /10.

Ações/acordos

- O Sistema Integrado de Controle das Ações da União tem hoje cerca de **16 milhões** de processos registrados.
- Ajuizadas **1.326** ações regressivas acidentárias contra empresas que descumpriram normas de segurança do trabalho. Expectativa de ressarcimento: **R\$ 262.8 milhões**.
- Em 2010, a Consultoria-Geral da União registrou **117 mil** manifestações jurídicas sobre pareceres, notas, informações e termos de conciliação; em 2011 foram quase **55 mil** e em 2012 mais de **72 mil**. Já em 2011, pela Procuradoria-Geral Federal foram **76 mil** manifestações jurídicas e, em 2012, outras **72 mil** elaboradas na consultoria jurídica das autarquias e fundações públicas federais.
- Realizadas **80 conciliações** envolvendo disputas entre órgãos do Estado.
- Celebrados **125 mil** acordos pelos procuradores federais em 2011 e 2012.
- Ajuizadas **288 ações** no STF.
- Vitória na maior ação judicial da América do Sul impediu o pagamento de indenização de **R\$ 2 trilhões** pela Chesf à construtora Mendes Júnior.
- Em 2012 foram ajuizadas, no Dia da Árvore, **21 Ações Civas Públicas** contra grandes desmatadores da Amazônia Legal para cobrar mais de **R\$ 180 milhões**.
- Realização do projeto de conciliações prévias e em execuções fiscais, em parceria com o CNJ. Recuperados **R\$ 780 mil** em quatro dias de conciliação, alcançando 92% de êxito nas conciliações com execuções fiscais e 100% nas extrajudiciais.

Procedimentos disciplinares

- Instaurados **350 Processos Administrativos Disciplinares**.
- Foram suspensos **46** advogados da União, assistentes jurídicos, procuradores federais e da Fazenda Nacional.
- Demitidos **21** advogados da União, assistentes jurídicos, procuradores federais e da Fazenda Nacional.

AGU

Números



AGU

Poder Judiciário



A AGU atua em várias esferas da Justiça, desde a primeira instância até os Tribunais Superiores, para garantir, por exemplo, a legalidade das políticas públicas e dos atos dos Poderes da República.

- Devolução do garoto americano Sean Goldman ao pai biológico em cumprimento à Convenção da Haia. (STF)
- Demonstrada legalidade de decretos que criaram unidades de conservação em diversos estados. (STF)
- Manutenção das regras do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o processo seletivo do programa do Governo Federal que concede bolsas em universidades federais. (Justiça Federal do Ceará)
- Garantida política pública de incentivo à produção de biodiesel, por meio do Pronaf. (STJ)
- Desistência de 2.415 processos. (TST)
- Obrigatoriedade da transmissão do programa “A Voz do Brasil”, às 19h, conforme previsto na Lei nº 4.117/62, Código Brasileiro de Telecomunicações. (STF)
- Primeira condenação de prefeito afastado que arcará com custos de nova votação em Caetés/PE. (TSE)
- Assegurada punição do Ministério do Trabalho contra fazendeiro que explorava mão de obra infantil em plantações de cana-de-açúcar em Minas Gerais. (TST)
- Impedida transposição indevida de servidores de empresas estatais para as carreiras da AGU. (STJ)
- Acordo de cooperação entre AGU e TSE para que prefeitos cassados restitua as despesas da União com novas eleições.
- Legalidade da Resolução nº 130/11 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece horário mínimo de oito horas diárias para atendimento ao público no Poder Judiciário. (STF)

O trabalho da AGU também é realizado perante o Legislativo, seja no esclarecimento de algum tema afeto à Instituição por meio da participação em comissões, seja na defesa judicial do Congresso ou, ainda, para garantir a legalidade dos acórdãos do TCU.

- Garantida, no STF, a convocação de suplentes de coligações partidárias para assumir cargos de parlamentares licenciados e não do partido político do titular do mandato.
- Defesa na Subcomissão Permanente da Amazônia do Senado Federal de parecer da AGU que restringe compras de terras brasileiras por estrangeiros.
- Mantida divulgação de salários de forma nominal de servidores do Senado Federal.
- Confirmado que condenações do TCU contra mau uso de dinheiro público só podem ser contestadas no STF.
- Garantida decisão do TCU que determinou a condenação do ex-prefeito de Magé, na Baixada Fluminense/RJ, ao pagamento de R\$ 5.497.035,08 por irregularidades na aplicação de verbas de saneamento.
- Manutenção da aplicação de provas do concurso da Câmara dos Deputados para provimento de cargos de Analista e Técnico Legislativo somente em Brasília.
- Demonstrado ao Tribunal de Contas da União que servidores cedidos pelo Ministério da Fazenda e Serpro à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional são essenciais para controle de débitos inscritos em Dívida Ativa.
- Assegurada restituição de R\$ 96,2 mil não aplicados por ex-prefeito do município de Lizandra/TO em creches e escolas. Ele foi condenado pelo TCU por não ter comprovado a aplicação desses recursos para a educação.
- Comprovada legalidade do acórdão do Tribunal que condenou o ex-diretor regional do Senai no Espírito Santo a devolver R\$ 73.742,69. Os valores são referentes ao convênio firmado com a Fundação de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha, do qual o servidor não prestou contas.
- Retorno de R\$ 13 milhões aos cofres públicos a partir de conciliações celebradas com gestores e ex-políticos condenados pelo TCU.
- Apresentada à Câmara dos Deputados sugestões para o novo Código de Processo Civil (PL 8046/10).
- Realização de acordos em sentenças do Tribunal de Contas para recuperar dinheiro desviado da União em dívidas inferiores a R\$ 10 mil.

AGU

Poder Legislativo



Foto: Wesley McAllister



Foto: Pedro França/Agência Senado



Foto: Sérgio Moraes



Foto: tcu.gov.br

AGU

Poder Executivo

A AGU é responsável por assessorar e dar segurança jurídica aos atos administrativos dos dirigentes do Poder Executivo, principalmente quanto à materialização das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição e análise de medidas legislativas necessárias ao desenvolvimento e aprimoramento do Estado brasileiro.

- Criação, em parceria com o Ministério dos Esportes, do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa).
- Demonstrada legalidade das obras de reforma do Estádio Fonte Nova em Salvador.
- Assegurada realização de leilão de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, que serão reformados para a Copa do Mundo de 2014.
- Retomada do Porto de Manaus pela União, possibilitando investimentos federais para a realização da Copa.
- Garantia da continuidade das obras na Usina Hidrelétrica de Teles Pires, em Mato Grosso.
- Realizada Chamada Pública para seleção de projetos que poderão integrar o Plano de Promoção do Brasil.
- Aprovadas e revisadas as Matrizes de Responsabilidade da Copa do Mundo.
- Participação nas discussões para a elaboração da Lei Geral da Copa e de seu regulamento.
- Impedida paralisação das obras do Maracanã em ações judiciais envolvendo o tombamento da marquise do estádio e o número de assentos destinados a pessoas com deficiência, garantindo a aplicação da Lei Geral da Copa.
- Emissão de 18.650 manifestações jurídicas entre pareceres, consultorias e orientações aos órgãos públicos federais para embasar decisões da Presidência da República e de órgãos da Administração Direta, em 2011. Mais da metade tinha como objetivo auxiliar a sanção da Lei de Acesso à Informação e a criação da Comissão da Verdade.

- Manifestação para orientar a sanção da Lei do Aviso Prévio que estabeleceu novas regras sobre a rescisão de contratos de funcionários.
- Análise da Lei nº 382/11 sobre o reajuste do salário mínimo e política de reajuste até 2015, que pode ser feita por meio de Decreto presidencial.
- Assessoramento na elaboração de atos normativos a exemplo da Lei Geral da Copa, do Decreto sobre o Regime Diferenciado de Contratação, além de Resoluções do Gecopa.
- Liberação dos financiamentos do BNDES para a construção das Arenas da Copa, em especial do Maracanã e de Manaus.
- Garantida análise da licença de construção para reformas no Aeroporto de Congonhas/SP.
- Demonstrada a legalidade do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e viabilização pela Aneel do leilão para concessão da exploração de energia elétrica.
- Assessoramento, em 2010, pelo Gepac em 7.287 ações (4.791 judiciais e 2.496 extrajudiciais), que envolvem em torno de 100 empreendimentos.
- Garantida a validade de contrato de arrendamento do Porto de Santos para o prazo de 25 anos, mediante pagamento de R\$ 221 milhões.
- Assegurada a realização de leilões de concessão das BRs 116/BA, 324/BA, desapropriações para as obras das BRs 280 e 470 e duplicação da BR 329, no trecho que liga Pelotas/RS e Rio Grande/RS, e do trecho Sul da BR 101.

AGU

Poder Executivo



Foto: planalto.gov.br



Foto: copa2014.gov.br



Foto: comunicacao.ba.gov.br



Foto: Acervo Infraero

AGU

Combate à corrupção

A AGU é o braço jurídico dos órgãos de controle da Administração Federal no combate à corrupção. A partir do ajuizamento de ações, os advogados da União e procuradores federais têm conseguido reaver verbas desviadas dos cofres públicos, assegurando um novo perfil em defesa da União, articulado em âmbito nacional e focado na efetiva recomposição do patrimônio público.

- Obtida a maior recuperação de créditos devido a atos de corrupção, no acordo com o Grupo OK para a devolução de quase R\$ 468 milhões desviados da construção do TRT de São Paulo.
- Para garantir o cumprimento do acordo, mais de 1.200 imóveis do grupo foram penhorados.
- Vitória favorável nos processos de repatriação de mais de US\$ 1 milhão de conta bancária em Nova Iorque ligada ao escândalo Banestado.
- Repatriação de US\$ 6,8 milhões da conta bancária na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e de sua esposa.
- Garantido o bloqueio de contas de empresa ligada a Mendes Júnior Engenharia S/A, com o objetivo de utilizar o saldo para sanar parte da dívida da construtora com os cofres públicos que ultrapassa os R\$ 500 milhões.
- Confirmada validade de leilão de imóvel em Petrópolis registrado no nome de Jorgina Maria de Freitas Fernandes avaliado em R\$ 930 mil. A quantia depositada em juízo servirá para ressarcir os cofres públicos de parte do rombo provocado pela quadrilha de Jorgina.
- Assegurado o sequestro de apartamento de um dos integrantes da quadrilha de Jorgina de Freitas para ressarcir valores retirados indevidamente dos cofres do INSS.

- Recuperados mais de R\$ 70 milhões, não corrigidos, em ouro, dólares e leilões de imóveis do INSS da fraudadora Jorgina de Freitas na capital carioca.
- A atuação do Grupo Permanente de Atuação Proativa, em 2011, recuperou cerca de R\$ 330 milhões desviados da União.
- AGU recebeu o Prêmio Innovare em reconhecimento pelo trabalho de destaque do Grupo Permanente de Atuação Proativa na recuperação judicial de valores desviados de instituições públicas em esquemas de corrupção.
- Em 2011, foram ajuizadas 2.343 ações para reaver aos cofres públicos mais de R\$ 2 bilhões desviados em atos de corrupção.
- Assegurada liminar para que o INSS administre 44 imóveis do advogado Ilson Escóssia da Veiga, integrante da quadrilha de Jorgina de Freitas.
- Entre janeiro e novembro de 2011 a PGF inscreveu em Dívida Ativa 173 acórdãos do TCU, totalizando expectativa de ressarcimento de cerca de R\$ 300 milhões.
- As ações protocoladas, em 2011, pela PGF para recuperar valores desviados e devidos às autarquias superaram os R\$ 460 milhões.
- Ajuizamento/atuação, em 2010, de 3.706 Ações Civas Públicas, de improbidade administrativa e de execução de decisões do TCU para reaver R\$ 2,7 bilhões desviados em esquemas de corrupção.
- Em 2010 foram recolhidos aos cofres públicos cerca de R\$ 491,2 milhões, referentes à verbas desviadas em convênio firmados pela União com prefeituras e entidades públicas.
- Foram bloqueados, em 2010, R\$ 577 milhões e penhorados R\$ 5,6 milhões em ações de probidade, civis públicas e de ressarcimento julgadas pelo Judiciário em 2010.

AGU

Combate à corrupção



AGU

Visibilidade

Com o propósito de dar efetividade a princípios Constitucionais como o da publicidade e o da transparência, a AGU conta com ferramentas de comunicação para divulgar os atos da Instituição, por meio do site ou da imprensa. O trabalho desenvolvido por membros e servidores da AGU também ganhou visibilidade, sendo reconhecido por várias publicações especializadas de instituições da sociedade civil.

- Nesses três anos, a AGU foi citada 23.928 vezes na mídia, somando-se impresso, rádio e TV.
- Entre os órgãos que compõem o sistema judicial, a AGU foi citada 7.350 vezes, em 2012, ficando em segundo lugar, atrás apenas do STF.
- A manutenção do ex-ativista Cesare Battisti no Brasil e o licenciamento ambiental das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foram os assuntos de maior repercussão na mídia em 2011.
- A AGU foi citada 258 vezes na TV no ano de 2012.
- Em 2012, o *Twitter* ultrapassou, os 35 mil seguidores, 12 mil a mais que em 2011, um crescimento de aproximadamente 35%.
- O perfil do *Twitter* da AGU é acessado em média mais de 700 mil vezes por ano.
- A *Fanpage* da AGU no *Facebook*, em 2012, foi acompanhada por mais de seis mil usuários, um crescimento de mais de 3,2 mil seguidores em relação a 2011, ou seja, 53%.
- O perfil do *Flickr* foi acessado mais de 19 mil vezes em 2011. A página possui mais de duas mil imagens de entrevistas, julgamentos, audiências públicas, poses, acordos e homenagens à dirigentes da AGU.

- A notícia “Lula acolhe parecer da AGU e nega extradição de Battisti” foi a mais lida entre 2010 e 2011, com 8 mil cliques.
- A nota “AGU viabiliza pagamento de US\$ 1,3 milhão em indenizações fixadas pela Corte Interamericana no caso da Guerrilha do Araguaia” foi acessada no *Facebook* quase 2 mil vezes.
- O trabalho da AGU no combate à corrupção foi destacado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em relatório produzido durante a 20ª reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), em Washington/EUA.
- Reconhecido pelo Instituto Innovare o trabalho desenvolvido pelo Grupo Permanente de Atuação Proativa para recuperar judicialmente o dinheiro público desviado. O Grupo ganhou a categoria especial da 8ª edição do Prêmio.
- O trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da AGU ganhou destaque na edição nº 29 da Revista Capital Público em 2011. A equipe foi citada na publicação ao lado de setores de comunicação de organizações como a Petrobras e o Senado Federal.
- Produção de 355 programas “AGU Brasil” com mais de 1.200 reportagens.

AGU

Visibilidade



Reprodução: Revista Capital Público



Foto: Wesley McAllister



Foto: Juan Manuel Herrera/OAS



Foto: Divulgação/Norte Energia

AGU

Gestão de Pessoas

A AGU busca sempre o desenvolvimento e o incremento do quadro de pessoal, seja por meio de concursos públicos para advogados da União, procuradores federais e servidores administrativos, seja pela capacitação de servidores e membros das carreiras da AGU.

- Atualmente mais de 10 mil servidores, entre administrativos e advogados públicos, garantem o funcionamento da AGU e a representação judicial dos órgãos federais.
- São quase oito mil advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional e do Banco Central, além daqueles que exercem atividades como consultores jurídicos junto aos Ministérios.
- Para lidar com os procedimentos administrativos, existem 4.191 servidores. Destes, 1.725 fazem parte do quadro da própria AGU e 2.466 são requisitados de outros órgãos.
- Existem, ainda, outras 509 comissões ocupadas por 261 advogados públicos, 146 preenchidas por servidores da AGU e 90 por funcionários requisitados de outros órgãos.
- Enviada ao Congresso Nacional, pela Presidência da República, a proposta da nova Lei Orgânica da Advocacia-Geral que pretende ampliar o número de cargos em comissão ocupados exclusivamente por advogados concursados.
- Projeto de Lei para criação de 560 cargos de advogados da União que resultou na promulgação da Lei 12.671, de 19 de junho de 2012.
- Promovidas, até outubro de 2012, cerca de 4.200 capacitações destinadas aos membros das carreiras jurídicas, servidores administrativos da AGU e servidores de outros órgãos.
- Tratativas junto ao Ministério do Planejamento para encaminhamento do anteprojeto de lei para criação do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da AGU.
- Abertura de concurso de ingresso para os cargos de advogado da União e procurador da Fazenda Nacional com previsão de homologação do resultado final no início de 2013.

- Provimento de cargos vagos de níveis superior e intermediário do quadro de apoio técnico administrativo da AGU, do concurso público de 28 de abril de 2010.
- Realização de Avaliação de Desempenho Institucional e Individual, para liberação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico Administrativo na AGU.
- Aperfeiçoamento do “AGU Pessoas”, sistema que contém o acervo de informações dos servidores e membros da AGU.
- Realização de estudos e análises para definição de parâmetros para lotação de membros das carreiras jurídicas e servidores administrativos, bem como para a instalação de novas unidades.
- Decreto nº 7.737, de 25 de maio de 2012, que revoga o Decreto anterior, de nº 4.434, de 2002. Trata-se de novas regras para a aferição da antiguidade das carreiras de advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador Federal e procurador do Banco Central.
- Idealização e concretização do Decreto nº 7.392/10 que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da AGU.
- Criado o Comitê Gestor do Sistema de Promoções das Carreiras de advogado da União, procurador da Fazenda Nacional e procurador Federal.
- Nomeação de 81 novos advogados da União.
- Entre 2010 e 2012, foram nomeados 256 procuradores federais.

AGU

Gestão de Pessoas



Foto: Sérgio Moraes

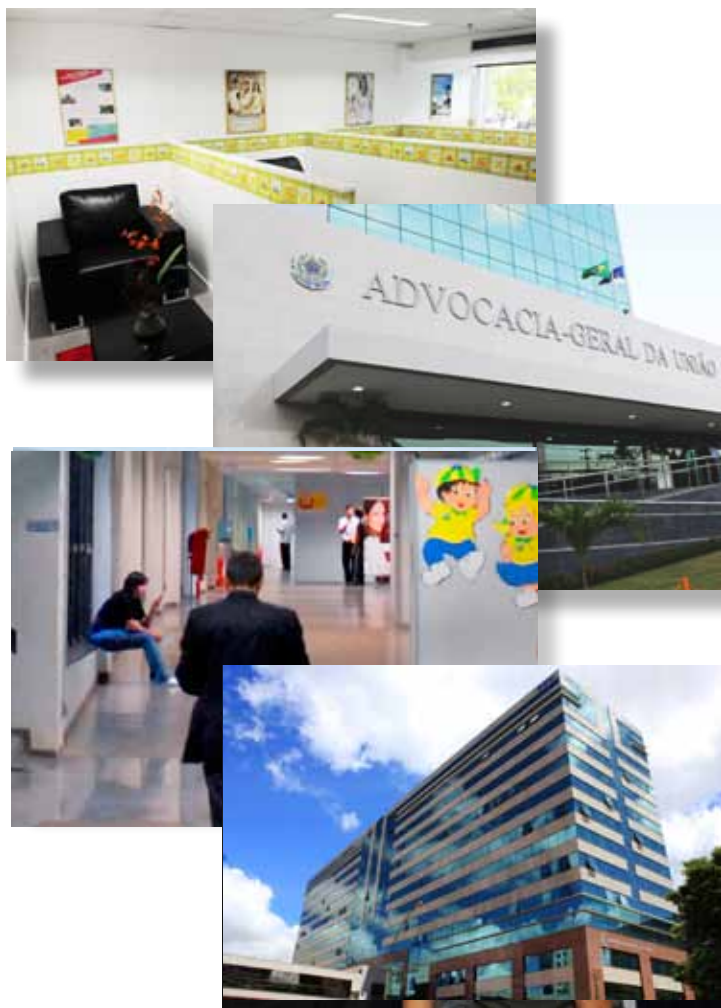
Foto: Wesley McAllister

Foto: Sérgio Moraes

Foto: Wesley McAllister

AGU

Infraestrutura



A AGU investe, a cada ano, em melhorias na infraestrutura das unidades da Instituição, com estudos para viabilizar novas instalações e readequar as já existentes de modo a proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável e saudável.

- Finalização dos estudos e tratativas com a Caixa Econômica Federal e a Secretaria do Patrimônio da União para a construção da sede própria da AGU em Brasília.
- Realizadas visitas técnicas nas unidades da AGU para identificar a situação dos prédios, objetivando o preenchimento de formulário que quantifica e qualifica o local e as condições de trabalho, além de servir como parâmetro comparativo para melhorias e avaliações futuras.
- Implementação do Grupo de Trabalho Lotação para estabelecer parâmetros para futuras instalações de Procuradorias-Seccionais da União (PSUs) e Procuradorias Seccionais Federais (PSFs).
- Elaboração do Painel de Prioridades, bem como de planos de ação para implantação de melhorias nas condições de trabalho das unidades da Advocacia-Geral da União.
- Adequações de infraestrutura do Edifício Sede II, em Brasília, das PUs/PFs/CJUs no Amapá, Rondônia e Tocantins, e do Datacenter, em Brasília.
- Instalação das PSFs em Duque de Caxias/RJ e Araçatuba/SP.
- Atualmente são acompanhadas pelo DGE e executadas pela Secretaria-Geral de Administração as reestruturações de unidades da AGU no Rio de Janeiro, em Fortaleza, Goiânia, Teresina, Florianópolis e Belém.
- Inauguração da Sala de Apoio à Amamentação na sede da AGU em Brasília, em parceria com OAB/DF e a Anajur, para oferecer suporte às mães que retornam ao trabalho em fase de amamentação.
- Novas instalações na PRU e na PRF da 5ª Região, CJU/PE, PF/RN, SAD/PE e reforma nas instalações da PU/SE, PF/SE, CJU/SE e Necap/SE.
- Implantação da Comissão Permanente Processante e da Câmara de Conciliação, na Galeria Di Prímio Beck, em Porto Alegre/RS, em imóvel próprio da União.
- Reestruturação do Departamento de Tecnologia da Informação da AGU. Atualmente estão concluídos o mapeamento de processos de trabalho e a reestruturação do *layout*.

Informações Setoriais

PGU

Procuradoria-Geral da União

Representa a União perante os Tribunais Superiores ou qualquer instância inferior, inclusive junto aos Juizados Especiais Federais. Acompanha, de forma especial, os processos considerados relevantes e desenvolve estudos para definição de estratégias, orientações e ações a serem ajuizadas.

2012

- Garantia de pagamento de US\$ 1,3 milhão em indenizações fixadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sentença sobre o caso “Guerrilha do Araguaia”, para que o depósito em conta judicial fosse destinado aos herdeiros que têm direito a receber os valores.
- Divulgação dos salários dos servidores de forma individualizada no âmbito dos três poderes, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.
- Atuação na solução das ações desapropriatórias para viabilizar as obras de Transposição do Rio São Francisco. Em apenas um ano e meio, êxito em 82% desses processos, o trâmite normal seria de cinco anos.
- Recolhimento, no primeiro semestre de 2012, de mais de R\$ 2 milhões aos cofres públicos referentes a multas aplicadas, pelos auditores-fiscais do trabalho, às empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista.

2011

- Transferência de R\$ 58.079.675,58 em créditos do grupo OK Construções e Incorporações S/A, direto para as contas do Tesouro Nacional pelas irregularidades na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.
- Decisão favorável em ação expropriatória de imóvel no qual se cultivava *Cannabis Sativa Linneu* (maconha), coibindo o tráfico de drogas e armas na região denominada “Polígono da Maconha”.
- Ajuizamento de mais de 100 ações de reintegração de posse relativas a imóveis funcionais no Distrito Federal.
- Participação em ações judiciais no exterior buscando a repatriação de ativos, como no caso da manutenção do bloqueio de R\$ 7 milhões pela Corte de Apelações em Genebra do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, referente ao caso do TRT de São Paulo.

2010

- Participação, com o Ministério da Justiça, das negociações junto à Confederação Suíça objetivando a conclusão do processo de repatriação de aproximadamente US\$ 30 milhões desviados dos cofres públicos brasileiros por fiscais envolvidos no esquema do Propinoduto.
- Vitória na maior ação judicial da América do Sul impediu o pagamento de indenização de R\$ 2 trilhões pela Chesf à construtora Mendes Júnior.
- Manutenção da Declaração de Inidoneidade da construtora Gautama impedida de contratar com a Administração Pública Federal.
- Participação no Gabinete de Crise do Haiti, instituído no âmbito da Presidência da República. O papel da AGU foi o de fornecer respaldo jurídico às ações humanitárias de caráter militar e civil executadas pelo Brasil no Haiti.

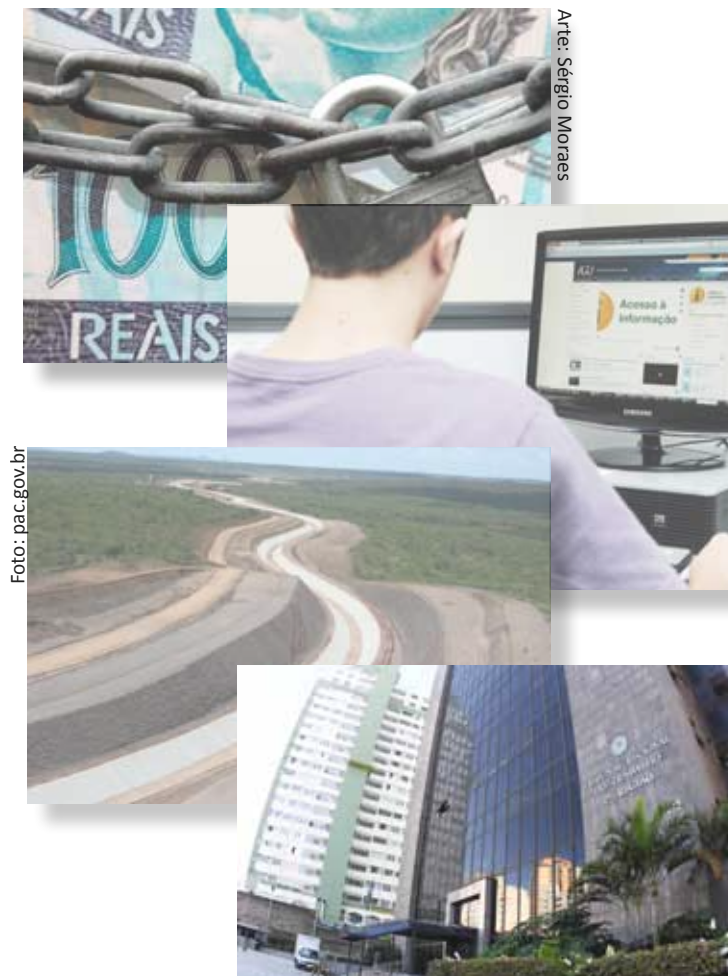
NÚMEROS:

Arrecadado/Economizado:

Total: R\$ 2,039 trilhões

2012: R\$ 704 milhões 2011: R\$ 38,7 bilhões 2010: R\$ 2 trilhões

PGU Procuradoria-Geral da União



Responsável pelo assessoramento jurídico e pela defesa judicial e extrajudicial das 155 autarquias e fundações públicas federais (como INSS, Ibama, Incra, CVM, Cade, agências reguladoras, institutos e universidades federais), distribuídas em 222 municípios.

2012

- Viabilização do acordo para revisão previdenciária que regularizará o valor da renda mensal de milhões de beneficiários da Previdência Social, questão que estava pendente de solução desde 1999. Trata-se da maior revisão de benefícios previdenciários da história do INSS.
- Acompanhamento do leilão 4G da Anatel, garantindo a segurança jurídica para a introdução da telefonia móvel de quarta geração no Brasil.
- Ação de âmbito nacional, durante processo eleitoral, visando a proteção do nome e da imagem das autarquias e fundações públicas federais, com representação contra 231 candidatos, dos quais 205 retiraram o nome do órgão público do respectivo “nome de urna”.
- Criação do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais nas cinco regiões do país.

2011

- Mantido tombamento provisório do fenômeno natural conhecido por “Encontro das Águas” dos rios Negro e Solimões, no Amazonas.
- Protocolado, no Conselho Nacional do Ministério Público, pedido de providências, em razão das recomendações emitidas por procuradores da República, que objetivam a intimidação de agentes públicos, com ameaças de responsabilização pessoal do servidor.
- Derrubada decisão liminar que anulou 13 questões do Enem, aplicado nos dias 22 e 23 de outubro de 2011 para mais de cinco milhões de estudantes em todo o país.
- Asseguradas regras do cálculo de aposentadoria por invalidez previstas na legislação previdenciária, gerando uma economia anual de mais de R\$ 2 bilhões diretos e R\$ 10 bilhões indiretos.

2010

- Validade da aplicação da Resolução nº 56 da Anvisa que proíbe a prática de bronzamento artificial para fins unicamente estéticos.
- Lançamento do projeto do protesto de Certidões de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais. No projeto-piloto de três meses, foram recuperados R\$ 465.699,37 referentes a 30% do valor total encaminhado. Atualmente, já foram recuperados mais de R\$ 7.086,201,32, correspondendo a 35% dos valores encaminhados a protesto em 16 Estados que aderiram ao projeto.
- Fim das patentes do Viagra e do medicamento Glivec, utilizado no tratamento de leucemia.
- Impedido pagamento indevido de precatório ao Sindiprevs/RN referente ao reajuste de 84,32%, evitando impacto de R\$ 300 milhões aos cofres públicos.

NÚMEROS:

Arrecadado/Economizado:

Total: R\$ 56 bilhões

2012: R\$ 12,7 bilhões 2011: R\$ 30,8 bilhões 2010: R\$ 12,5 bilhões

PGF Procuradoria-Geral Federal



Foto: Getty Images



Foto: icambio.gov.br



Arte: Wesley Mcallister



Foto: Wesley Mcallister

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

É vinculada técnica e juridicamente à AGU e suas atribuições consistem em representar a União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria no âmbito do Ministério da Fazenda.

2012

- Inclusão de valores recebidos por empresa a título de crédito-prêmio de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
- Concessão de liminar em Suspensão de Segurança em face do Grupo OK, permitindo a exclusão do devedor de parcelamento, tornando exigíveis os seus créditos tributários no importe de aproximadamente R\$ 270 milhões.
- Impedido o abatimento de créditos de PIS/Cofins não cumulativos da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em face da previsão constante no art. 3º, §10 da Lei 10.833/2003, que esclarece que tais valores não representam receita bruta da pessoa jurídica.

2011

- Confirmação que a inclusão do valor do ICMS na própria base de cálculo do tributo não configura dupla tributação ou afronta ao princípio da não cumulatividade.
- Atuação da PRFN na 1ª região, considerando apenas as ações relativas ao crédito-prêmio do IPI, evitou perdas estimadas em R\$ 16,2 bilhões.
- Representação da União no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais obteve julgamentos favoráveis que confirmaram autos de infração no montante de R\$ 16.025.350.767,05.

2010

- Reconhecimento de que a alienação de bens pelo devedor já configura fraude à execução, após inscrição em Dívida Ativa de crédito tributário.
- Vitória da tese de incidência da CSLL e da CPMF sobre as receitas decorrentes de exportações.
- Impossibilidade de creditamento, por empresas, do IPI na aquisição de produtos isentos.

NÚMEROS:

Arrecadado:

Total: R\$ 37,2 bilhões

2012: R\$ 10,2 bilhões 2011: R\$ 13,7 bilhões 2010: R\$ 13,3 bilhões

Estoque da Dívida Ativa da União:

2012: R\$ 1,1 trilhão

2011: R\$ 998 bilhões

2010: R\$ 874 bilhões

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



Colabora com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República, assim como realiza assessoria e consultoria para a Administração Federal Direta, em Brasília, junto aos Ministérios e às Secretarias da Presidência da República, por meio das Consultorias e Assessorias Jurídicas; e ainda junto aos órgãos da Administração Direta situados nos Estados, sob a responsabilidade das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

2012

- Apreciação das questões jurídicas relacionadas à Comissão da Verdade, criada pela Lei nº 12.528/11.
- Edição de parecer que trata de créditos de carbono capturados em terras indígenas e propostas de corretagem apresentadas a comunidades indígenas para projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação.
- Assessoramento jurídico junto ao Comitê Organizador da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
- Expedição de nota que autoriza a utilização de recursos transferidos pela União no fornecimento de alimentos e água para animais que auxiliam no trabalho das famílias nas áreas da região Nordeste afetadas pela estiagem.

2011

- Edição de parecer sobre competência para a fiscalização prévia dos procedimentos licitatórios de entes beneficiados com repasses de verbas federais.
- Emissão de parecer que fixou entendimento de que a suspensão temporária de participação em licitação (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) possui alcance subjetivo amplo, impedindo empresas punidas de licitar e contratar com toda a Administração Pública Federal e não somente com o órgão sancionador.
- Elaboração de peça reafirmando os argumentos contidos no parecer que recomendou a não extradição do italiano Cesare Battisti.
- Manifestação em defesa das mudanças sobre a “Reserva Legal” estabelecidas no Código Florestal. A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada pela Sociedade Rural Brasileira para a declaração de inconstitucionalidade do art. 1º da Medida Provisória nº 2.166-67/2001, que alterou dispositivos da Lei nº 4.771/1965.

2010

- Edição de parecer que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros.
- Conciliação entre Infraero e Receita Federal do Brasil para solucionar problemas com mercadorias extraviadas.
- Publicação de parecer que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários.
- Reconhecimento, em parecer, da possibilidade da licença maternidade de seis meses alcançar também empregadas temporárias.

NÚMEROS:

Total: **80** conciliações realizadas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

2012: 27 2011: 33 2010: 20

CGU Consultoria-Geral da União



Foto: sxc.hu



Foto: Wesley McAllister



Foto: Getty Images



Arte: Wesley McAllister

Auxilia o Advogado-Geral da União na atuação perante o Supremo Tribunal Federal, na representação judicial da União, no que se refere aos processos de controle concentrado e difuso de constitucionalidade, e às ações de competência originária, bem como na representação judicial dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Consultoria-Geral da União. Cabe ainda ao órgão a edição de enunciados de Súmulas da AGU.

2012

- Confirmada constitucionalidade de artigos da Lei Maria da Penha. A União sustentou que os dispositivos teriam como objetivo a promoção da igualdade material e a proteção da mulher, diante da sua evidente vulnerabilidade no contexto social.
- Validada a Lei nº 10.671/2003, conhecida como Estatuto do Torcedor.
- Reconhecimento da constitucionalidade da competência disciplinar concorrente do Conselho Nacional de Justiça, regulamentada pela Resolução nº 135/2011. Trata-se de medida essencial para o cumprimento do desenho institucional formulado pelo constituinte derivado, após a Reforma do Judiciário – Emenda Constitucional nº 45/2004.
- Sistemas de cotas instituído por universidades federais (UFRGS e UnB) foram validados pela Suprema Corte.

2011

- Reconhecimento dos direitos das relações homoafetivas nas esferas civil e previdenciária.
- Confirmada decisão do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que negou a extradição de Cesare Battisti para a Itália. O STF reconheceu que a recusa foi baseada nos termos do tratado internacional e representa ato de soberania nacional.
- Declarada constitucionalidade da consulta pública, por meio de referendo, nos casos de desmembramento de Estados e Municípios, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 9.709/98.
- Legalidade do programa de ação governamental de valorização do salário mínimo para os anos de 2012 à 2015, criado pela Lei nº 12.382/2011. Assegurado ainda que o valor pode ser estabelecido por decreto presidencial.

2010

- Manutenção da Lei de Anistia nº 6.638/1979 ampla, geral e irrestrita.
- Devolução de criança americana ao pai biológico em cumprimento à Convenção da Haia.
- Aplicação do Enem na mesma data para todos os candidatos.
- Manutenção de vários decretos presidenciais para fins de reforma agrária.

SÚMULAS

De 2010 a 2012 foram publicadas 16 súmulas, com destaque para:

- Nº 51: autoriza a concessão imediata de pensão por morte àqueles que comprovarem união estável com servidor público federal falecido.
- Nº 60: não há incidência de contribuição previdenciária sobre vale transporte pago em pecúnia, considerando o caráter indenizatório da verba.
- Nº 63: a Administração deve observar o devido processo legal onde sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório para proceder o desconto em folha de pagamento à servidor público para fins de ressarcimento ao erário.

NÚMEROS:

Economizados: **2012: R\$ 9,7 milhões** **2011: R\$ 790 milhões**

SGCT Secretaria-Geral de Contencioso



Foto: pag.gov.br



Foto: sxc.hu



Arte: Uyara Kamayurá



Foto: Cadinho Andrade/UFRRGS

Fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correições nos órgãos integrantes da Instituição para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

2012

- Aproximação com as Corregedorias dos Poderes Executivo e Judiciário, ressaltando a participação da Corregedoria-Geral, por intermédio de seus membros da AGU, em correições realizadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- Elaboração de diretrizes consultivas em contratações públicas em conjunto com a CGU, PGFN e PGF.
- Execução democrática e participativa da atividade correicional com envolvimento dos advogados públicos da CGU, PGF e PGU nas equipes.
- Projeto de instalação de Escritórios Avançados da Corregedoria-Geral da Advocacia da União nas cinco regiões.

2011

- Realização, em parceria com a Coordenação da Comissão Gestora Nacional do Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P”, de 36 correições em órgãos jurídicos integrantes e vinculados à AGU, para exame das condições ambientais dos referidos órgãos.
- Normatização, no âmbito da atividade consultiva, dos elementos mínimos das manifestações de apoio à julgamentos de Processos Administrativos Disciplinares.
- Elaboração, em conjunto com a PGF, da proposta da Portaria AGU nº 490 que disciplina a realização de audiência à distância para instrução de procedimentos disciplinares, visando a otimizar e reduzir custos com as comissões disciplinares.
- Elaboração do Manual de Boas Práticas Consultivas com o Guia de Licitações Sustentáveis da AGU.

2010

- Intensificação da atividade correicional ordinária, da investigação preliminar, da responsabilidade funcional e da conduta moralmente adequada dos membros da AGU.
- Aproximação com as corregedorias dos Poderes Executivo e Judiciário.
- Aprimoramento da atividade correicional e do acompanhamento dos trabalhos das comissões de processos disciplinares, por meio do aumento do quantitativo de advogados da União e de procuradores da Fazenda Nacional em exercício nos setores responsáveis.
- Redução do número de processos disciplinares sob a responsabilidade de cada comissão, proporcionando a diminuição do tempo médio de duração das sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

NÚMEROS:

Total: **2.595** avaliações da atuação de advogados da União e procuradores federais da Fazenda Nacional em estágio probatório

2012: 1.275 2011: 862 2010: 458

CGAU Corregedoria-Geral



Foto: Sérgio Moraes



Foto: Sérgio Moraes



Foto: Wesley McAllister



Foto: Wesley McAllister

Administra, planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, recursos humanos, serviços gerais, documentação e arquivos, e modernização administrativa no âmbito da AGU.

2012

- Instituição do Programa “AGU Mais Vida”, cujo objetivo é proporcionar aos membros da AGU condições para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que viabilizem um estilo de vida saudável.
- Inauguração da Sala de Apoio à Amamentação na sede da AGU em Brasília, em parceria com OAB/DF e a Anajur, para oferecer suporte às mães que retornam ao trabalho em fase de amamentação.
- Participação no Projeto Esplanada Sustentável que incentiva órgãos públicos federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturados, na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública.
- Convênios com órgãos judiciais, entre eles Tribunais, Comarcas e Varas, visando à utilização dos serviços dos Correios para postagem dos processos judiciais, evitando-se assim o deslocamento de servidores administrativos, advogados e procuradores para dar cumprimento às notificações e intimações.

2011

- Publicação do Decreto nº 7.526, de 15 de julho de 2011, alterando a estrutura organizacional da SGA, com destaque para a criação da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Organizacional.
- Implementação, pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGEP), de modelo dinâmico de gestão, buscando a otimização, sustentabilidade, integração e controle dos processos de trabalho.
- Readequação de atividades e servidores por setor, agilidade no atendimento das demandas e melhoria do canal de comunicação da DGEP com os usuários.
- Otimização dos recursos orçamentários e financeiros para, a partir do levantamento das necessidades das unidades da AGU, aperfeiçoar a gestão do orçamento com a eficiência do gasto.

2010

- Elaboração da Política de Segurança da Informação da AGU.
- Reestruturação da Intranet (RedeAGU), em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação.
- Distribuição de certificados digitais para que os membros das carreiras jurídicas possam atuar com segurança nos processos eletrônicos.

NÚMEROS:

Execução Orçamentária

2012: R\$ 2,4 bilhões **2011: 2,4 bilhões** **2010: 2,3 bilhões**

Processos recebidos e expedidos no Protocolo Central do Edifício Sede em Brasília

2012: 419.779 processos **2011: 538.870 processos** **2010: 555.839 processos**

SGAGU

Secretaria-Geral de Administração



Foto:Sérgio Moraes



Foto:Wesley Mcallister



Foto:Sérgio Moraes



Foto:Wesley Mcallister

Centro de captação, produção e disseminação do conhecimento. Promove a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores e membros da carreira jurídica da AGU e órgãos vinculados.

2012

- Parceria da Escola com a UnB para realização de Pós-Graduação à distância em Direito Público, com disponibilização de 200 vagas.
- Parceria com a *Thomas Jefferson School of Law* para desenvolvimento do Curso de Introdução ao Direito Americano. A segunda turma teve a participação de 30 membros da AGU e de Órgãos vinculados.
- Realização do curso *online* de Língua Inglesa, que disponibilizou 200 vagas, distribuídas para todas as unidades da AGU, em parceria com a Casa Thomas Jefferson.
- Realizado curso de Libras Contextualizado com participação de 20 membros e servidores da AGU e 35 servidores de outros órgãos da Administração Pública. Foi realizado em parceria com o INSS e com o Banco Central do Brasil.

2011

- Participação em 453 eventos, totalizando 12.451 pessoas capacitadas, com uma carga horária total de 49.295 horas.
- Capacitação de 1.005 advogados da União, 1.296 procuradores federais, 66 procuradores da Fazenda Nacional, 1.727 servidores da área técnica-administrativa e 8.357 servidores de órgãos parceiros.
- Criação da Escola Digital, implementando oficialmente na AGU a educação à distância.
- Realização do V Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal, com 600 participantes.

2010

- Apoio à criação do Mecanismo de Intercâmbio em Matéria de Advocacia Estatal (Mecimae), com o objetivo de promover a troca de experiências entre instituições similares no Mercosul.
- Edição e publicação do livro “Nos limites da história: A construção da AGU”.
- Realização da 3ª edição dos seminários regionais da Advocacia Pública Federal; 4ª edição do Seminário Brasileiro da Advocacia Pública Federal; Seminário de Direito Portuário; e 2ª edição do Seminário de Direito Ambiental.
- Certificação da Revista da AGU pela Capes, selo Qualis. A publicação recebe reconhecimento científico e acadêmico.

NÚMEROS:

Capacitações de membros das carreiras jurídicas e de servidores administrativos da AGU e de órgãos parceiros.

2012: 4.200 2011: 12.451 2010: 8.057

EAGU Escola da AGU



Ascom

Assessoria de Comunicação

Responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de divulgação institucional. A Assessoria tem como objetivo divulgar e esclarecer o papel constitucional da AGU junto à população, garantir a qualidade da produção de notícias de interesse da sociedade e reduzir o tempo de resposta às demandas da imprensa e demais profissionais de comunicação.

2012

- Pela primeira vez, a Advocacia-Geral foi citada mais de mil vezes na imprensa em um único mês. Em agosto foram 1.113 referências à AGU.
- Expansão do programa de rádio por meio de parceria da Procuradoria-Seccional da União em Ilhéus com a Rádio Santa Cruz, emissora que retransmite o noticiário de segunda à sexta-feira, às 12h, com um raio de alcance de 250 km.
- Realização de coletivas de imprensa sobre o acordo da AGU com o Grupo OK para ressarcimento de quase R\$ 500 milhões desviados dos cofres públicos, coletiva sobre Lei Orgânica da AGU e sobre a Medida Provisória do setor elétrico.
- Execução de ações de comunicação para divulgação e cobertura de eventos comemorativos dos 10 anos da PGF e CGU, além da produção de matérias especiais sobre a participação da AGU na Conferência Rio+20.

2011

- Criação do programa de rádio “AGU Brasil”. O noticiário da AGU vai ao ar pela Rádio Justiça (FM 104,7 Brasília) de segunda a sexta-feira, às 10h40 e 13h30.
- Atuação proativa nas redes sociais *Twitter* e *Facebook* divulgando informações relevantes sobre a Instituição e esclarecendo dúvidas dos usuários sobre as ações da AGU.
- Criação do perfil no *YouTube* para disponibilizar vídeos produzidos pela Instituição com imagens de eventos, audiências e entrevistas com os dirigentes da AGU.
- O trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da AGU ganhou destaque na edição nº 29 da Revista Capital Público. A equipe foi citada na publicação ao lado de setores de comunicação de organizações como a Petrobras e o Senado Federal.

2010

- Realização de coletivas de imprensa sobre o parecer da AGU que restringe a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros, lançamento do Gecopa e atuação para manutenção do Enem.
- Criação do perfil da AGU no site *Flickr* para disponibilizar arquivos de imagem, possibilitando o acesso de toda a imprensa a fotos de eventos da Instituição.
- Cobertura em tempo real do IV Seminário da Advocacia Pública Federal, com produção de notícias e fotos.
- Realização da Campanha “Doe Vidro Doe Vida” para arrecadação de materiais destinados aos bancos de leites de Brasília.

NÚMEROS:

Matérias Produzidas

2012: 1.465 2011: 1.851 2010: 1.658

Citações da AGU na imprensa

2012: 7.817 2011: 8.234 2010: 7.877

Demandas de jornalistas

2012: 990 2011: 784 2010: 509

Ascom

Assessoria de Comunicação



DGE

Departamento de Gestão Estratégica

Compete ao Departamento apoiar a modernização da gestão da AGU, no que tange a pessoas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho. O DGE coordena ainda o desenvolvimento das atividades voltadas para o planejamento estratégico, gerencial e de avaliação do desempenho institucional. Cabe ainda ao setor planejar, coordenar e supervisionar, em articulação com as demais áreas, a sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão e de melhoria contínua de processos, bem com incentivar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão com vistas à execução de atividades de apoio à decisão gerencial, administração de dados e disseminação de informações.

2012

- Implantação do E-processo, que está em sua primeira fase. O objetivo é desenvolver um sistema informatizado que permita geração, controle, armazenamento, compartilhamento, recuperação e trâmite eletrônico de todos os documentos e processos administrativos, judiciais e extrajudiciais no âmbito da AGU.
- Modernização da Advocacia-Geral da União – Pro-AGU. Conta com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os objetivos são a melhoria da gestão estratégica e do conhecimento da Instituição; da efetividade e eficiência da gestão jurídica; e da gestão administrativa e gerencial.
- Gestão de projetos em plataforma Web (GPWeb), dispensando o uso de papel para documentação de programas e projetos, contando, atualmente, com alguns módulos em operação.
- Reestruturação do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da AGU. Atualmente estão concluídos o mapeamento de processos de trabalho e a reestruturação do *layout*. Iniciou-se também projeto de consultoria externa com apoio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do MP, para proposição de nova estrutura organizacional e funcionamento do DTI.

2011

- Coordenação dos trabalhos que resultaram no aperfeiçoamento da gestão socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da Advocacia-Geral da União, relativamente à Comissão A3P.
- Realização de estudos e análises para definir parâmetros para lotação de membros das carreiras jurídicas e servidores administrativos, bem como para a instalação de novas unidades.
- Elaboração e atualização do Portfólio de Programas e Projetos que visam à divulgação de seis programas e 29 projetos da AGU.
- Elaboração de nova portaria que disciplina o Concurso de Remoção para as carreiras de advogado da União e procurador da Fazenda Nacional - Portaria Interministerial AGU/MF n. 517, de 22 de novembro de 2011.

2010

- Idealização do Decreto n. 7.392 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da AGU, e aprovação do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da PGF.
- Realização do I Encontro de Gestão da Advocacia-Geral da União, voltado aos dirigentes de todas as unidades da AGU, com realização de balanço das atividades de 2011 e definição de metas para 2012.
- Readequação e atualização do regimento interno do CSAGU e da CTCS.
- Elaboração do Decreto de antiguidade aplicado às carreiras jurídicas da AGU, uma revisão do Decreto 4.434/2002.

DGE

Departamento de Gestão Estratégica



Ouvidoria-Geral

Canal aberto ao cidadão, às instituições e aos servidores das áreas administrativa e jurídica da AGU, com a função de receber reclamações, elogios, críticas, sugestões e denúncias relativas aos serviços prestados pela AGU, assegurando a resposta ao interessado. A Ouvidoria colabora para o aprimoramento dos trabalhos executados pela Instituição e para uma atuação mais democrática e transparente do órgão perante a sociedade.

2012

- Implementação da Lei de Acesso à Informação (nº 12.527 de 18 de novembro de 2011) e a gestão do Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da AGU.
- Coordenação das atividades desenvolvidas pela AGU durante a Conferência Rio+20, inclusive organização de seminário com participação do TCU e MP sobre licitações sustentáveis.
- Acompanhamento da Autoavaliação da Gestão, coordenado pelo Ministério do Planejamento, nas unidades (Meta VII 14º Ciclo da Avaliação Institucional) da AGU.
- Implementação das atividades do Grupo de Trabalho para elaboração da “Carta de Serviços ao Cidadão” em conjunto com o Departamento de Gestão Estratégica (DGE) da AGU.

2011

- Criação do Grupo de Trabalho para a elaboração da “Carta de Serviços ao Cidadão” da Instituição, em conjunto com o DGE da AGU.
- Fomento à implementação da Comissão de Ética da AGU. Reuniões e aproximação com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
- Realização de campanha de sensibilização e solidariedade às vítimas das chuvas no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Escola da AGU, Ascom e Polícia Rodoviária Federal.
- Realização, em parceria com a SGA, da campanha “Seja Você um Papai Noel”, para arrecadar mantimentos e brinquedos para pessoas carentes. Campanha realizada em Brasília (DF), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG).

2010

- Realização do Curso Pró-Bono – noções de Direito para servidores de nível auxiliar e terceirizados, em parceria com a Escola e associações de membros e servidores da AGU.
- Coordenação e participação da II Oficina de Trabalho realizada pela Ouvidoria-Geral da União.
- Interlocução com o Ministério do Planejamento para a assinatura de convênio com a Terracap, garantindo a redução de juros em financiamentos de imóveis para servidores.
- Realização de campanha de sensibilização e solidariedade às vítimas do terremoto no Haiti e das chuvas no Rio de Janeiro e na região Nordeste.

NÚMEROS:

Total: **9.872** demandas

2012: 2.581 demandas

- 2.130** solicitações
- 135** reclamações
- 102** denúncias
- 16** sugestões
- 18** elogios
- 180** pedidos de acesso à informação

2011: 3.789 demandas

- 3.248** solicitações
- 228** reclamações
- 249** denúncias
- 41** sugestões
- 23** elogios

2010: 3.502 demandas

- 2.375** solicitações
- 798** reclamações
- 239** denúncias
- 60** sugestões
- 30** elogios

Ouvidoria-Geral



Foto: Getty Images



Foto: Wesley McAllister



Foto: Sérgio Moraes



Foto: Sérgio Moraes



facebook.com/AGU-Advocacia-Geral-da-Uniao



youtube.com/AguBrasil



flickr.com/photos/advocaciageraldauniao



twitter.com/advocaciageral



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Este documento é uma realização da
Assessoria de Comunicação Social da
Advocacia-Geral da União